

ZERO

Nº 4 - ANO XI
FLORIANÓPOLIS,
10 DE DEZEMBRO DE 1993
CURSO DE JORNALISMO
DA UFSC

ORÇAMENTO 94:

O NÃO AO PLANO SIM

Kleinübing esquece saúde
e educação e carrega
verbas nas estradas



Onda de corrupção afoga DCE
pág 3



Zero 93: mudanças na capa, reportagens ousadas e equipe independente

Uma nova proposta

Há pouco mais de um ano, os estudantes davam uma enorme demonstração de força saindo às ruas em defesa da ética e da moralidade. Agora, a situação se inverteu - pelo menos no Diretório Central de Estudantes da UFSC. Depois de denúncias e de uma devassa nas contas do DCE, foram descobertas irregularidades que comprometem a imagem da entidade e questionam sua representação. Uma instituição que se propõe a levar adiante a luta estudantil deve, antes de mais nada, mostrar responsabilidade, competência e, principalmente, seriedade. Ainda assim, vale ficar de "olho vivo" no oportunismo de quem está denunciando. Especialmente agora que a chapa ganhou a eleição para o DCE. É preciso estar alerta quanto aos grupos que insistem em se infiltrar neste espaço tão importante para a vida dos acadêmicos.

Aliás, em época de eleição todo cuidado é pouco. A proposta de orçamento do Estado para 1994 prioriza o programa de construção e recuperação de estradas, deixando de lado áreas como

saúde, educação e moradia. Os deputados abusam dos pedidos de emendas, visando as próximas eleições. Só um deles já enviou 512 propostas, a maioria beneficiando os próprios redutos de votação.

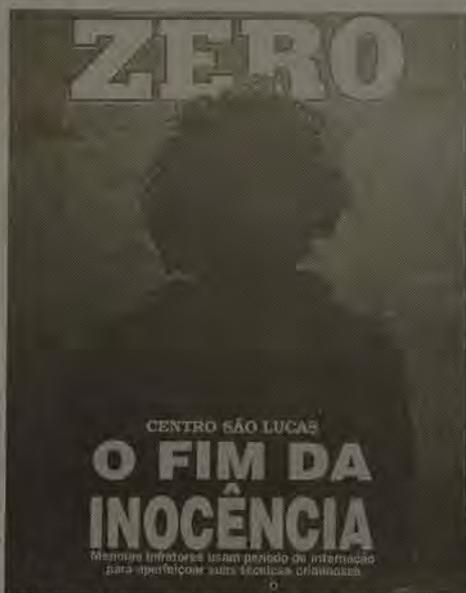
Os políticos de SC também são destaque na esfera

porém os líderes têm uma preocupação maior: tentar esconder o "mar de lama" em que navega a política brasileira.

A decadência das instituições acaba refletindo no meio social. As pessoas que estiveram na Festa do Mar para o show dos Titãs, assistiram também a um outro espetáculo, muito mais deprimente. Muita gente foi agredida e roubada. Ao procurar ajuda da Polícia Militar, houve quem fosse ameaçado de prisão. Casos como estes mostram bem o caos social que vive o país, situação em que Florianópolis também começa a mergulhar.

Estes são alguns dos assuntos que o Zero traz no seu último número de 1993, dentro de uma nova proposta. Depois de muito esforço e empenho por parte da equipe, foi possível produzir um jornal totalmente elaborado por alunos, da pauta à edição. Foi desta forma que os futuros jornalistas puderam acompanhar mais de perto o processo de produção de um veículo de comunicação.

Em 94, estaremos de volta.



Edição de setembro: inovações

nacional. Três catarinenses ocupam pela primeira vez, ao mesmo tempo, a presidência dos três maiores partidos do país, justamente aqueles que estão se desmantelando diante da avalanche de denúncias contra alguns de seus membros. O Estado tinha tudo para ganhar expressão nacional,

CARTAS

Tá demais

Galera do Zero,

Escrevo do laboratório de micros da Universidade do Arizona, após ter recebido a edição do Zero de 20 de outubro. Vocês dão um banho! Quer dizer, o jornal tá demais, tá gostoso de ler, ainda mais aqui no meio do deserto de Sonora...

A capa com a ilustração do José da Silva Júnior eu usei de exemplo numa aula de Design e Lay Out do Departamento de Jornalismo; a matéria da Mônica Linhares revela o lado ignorante do Brasil, a página sobre a Amway, da Ivana Back, contém mais informação que o jornalismo norte-americano poderia conseguir. Às vezes é preciso olhar de fora para o jornalismo brasileiro - e o jornalismo que a gente faz - para sacar os acertos e identificar os pecados.

Ética é tudo, no final de contas, se a gente quiser fazer um jornalismo responsável. Precisei vir aqui para descobrir que o quarto poder é nobre demais para a gente se deixar corromper.

Mudando de água pro vinho, a carta do Emerson Gasperin é um "tomate" na cara dos caretas. Em resumo, vocês dão um banho. Valeu mesmo o Victor Carlson ter enviado os jornais!

Se precisarem de alguma coisa - exceto dólares - dos Estados Unidos, mandem um sinal. Quem sabe uma correspondente internacional?

Beijos
Helois Dallanhol
Tucson, Arizona, EUA

Esposa do PC

À redação,

Meu nome é Lindamar da Silva de Carvalho, sou esposa do professor Paulo Roberto de Carvalho. Estou escrevendo para registrar minha indignação e repúdio às omissões que o "repórter" Mariano Senna fez na matéria "Pacto Mediocre", na última edição do Zero. Nesta matéria, meu marido é acusado de desonestidade e inassiduidade. Mas as fontes para tais acusações foram apenas o Departamento de Computação da UFSC e alguns alunos. No Departamento existem muitas pessoas que não gostam de meu marido e que adorariam prejudicá-lo, e os alunos? quem garante que eles também não tinham alguma desavença com o professor e aproveitaram a oportunidade para vingarse de alguma diferença?

Mas minha revolta maior é contra as informações que eu prestei ao aluno Mariano Senna, do Curso de Jornalismo, e que ele não publicou na matéria. Quando fui procurada por ele, prestei todas as informações, sendo sincera com o futuro "repórter". Pena que ele me surpreendeu

omitindo minhas explicações sobre estas acusações contra o meu marido. Mariano Senna mostrou apenas o lado da acusação (leia-se CTC), e o lado da defesa? será que ele "esqueceu"?

Sobre o "abandono" do curso para ir à um campeonato de pesca no Chile, o meu marido foi porque havia sido convocado pelo CND, órgão maior do esporte nacional. A Universidade recusou-se a liberá-lo e, para evitar uma punição do CND, Paulo foi para o Chile.

Quando ao resultado do inquérito que a UFSC abriu contra o meu marido, por causa desta viagem, o "repórter" conta que o juiz Humberto Rufino mandou a Universidade reintegrar o professor, e pagar à ele salários, 13º salário e férias, no total de US\$ 12 mil. Só que o "repórter" esqueceu de contar que até hoje a UFSC não pagou a dívida.

Quando ao "abandono" após a licença prêmio que Paulo pediu em setembro de 93, novamente o aluno esqueceu de contar na matéria publicada, que o departamento havia me informado que um professor substituto estava contratado, e os alunos não estavam sem aulas. Na matéria consta que, segundo o departamento, "110 alunos ficaram sem aulas".

Ainda relatei ao repórter que um advogado está com uma procuração para resolver todos estes problemas junto à UFSC, mas nada disto foi publicado, por quê?

Que tipo de repórter é esse que um curso reconhecido e tão respeitado está formando? Como é que um jornal, como o Zero, vencedor de tantos prêmios, com uma reputação e respeitabilidade imaculada, publica uma matéria com apenas uma versão sobre o assunto em questão?

Sinceramente,
Lindamar S. de Carvalho
Florianópolis - SC

Reposta do repórter

Engana-se a senhora Lindamar de Carvalho ao dizer que as únicas fontes utilizadas na matéria foram o Departamento de Informática e alguns alunos. Também foram ouvidos o Departamento Pessoal e a Procuradoria da universidade. Esses dois órgãos confirmaram a denúncias feitas, inicialmente, pelos alunos do INE.

Quando às informações dadas por eles, foram tão esclarecedoras quanto a carta acima. Gostaria de saber agora: quem são os perseguidores de PC no INE (nomes) e quais os seus motivos?

Admito a falha de não ter publicado os dados sobre o advogado de Paulo Carvalho e sobre a contratação de um outro professor para substituí-lo. Acreditei que essas eram informações menores, já que o fato principal era a história de um professor universitário que não tem a mínima consideração pela sua profissão.

Mariano Senna

Fotografia

Ana Paula Pinho, Josemar Sehnem, Paulo Henrique Sousa, Paulo de Tarso e Yan Boechat

Laboratório Fotográfico

Giancarlo Proença, Jaime Luccas, Laura Maeda, Pablo Claudino e Paulo de Tarso

Projeto Gráfico

Victor Carlson

Editoração Eletrônica

Angelita Corrêa, José da Silva Júnior e Victor Carlson

Supervisão do Laboratório

Professor Ricardo Barreto

Textos

Alessandro da Silva, Alexandra Baldisserotto, Alexandre Winck, Ana Paula Barreto, Ana Paula Pinho, Carolina Guidi, Chico Sander, Gisele Losso, Ivana Back, Maurício Oliveira, Marcelo Santos, Mônica Linhares, Paulo Henrique, Paulo de Tarso e Suyanne Quevedo

Acabamento e impressão: Jornal A Notícia

Redação: Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-COM), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis/SC
Telefone: (0482) 31-9215. Telex e Fax: (0482) 34-4069

Jornal-Laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina editado pelo Laboratório de Infografia

Capa

Michelson Borges, Paulo Henrique e Paulo de Tarso

Colaboração

Professor Moacir Pereira e fotógrafo Marcos Cesar (O Estado)

Copy-writer

Professores Gilka Girardello e Luiz Alberto Scotto

Coordenação da redação

Professor Carlos Locatelli

Ilustração

José da Silva Júnior e Michelson Borges

Diagramação

Alessandro da Silva, Alexandra Baldisserotto, Angelita Corrêa, Giancarlo Proença, Janaína Toscan, José da Silva Júnior, Luciane Lemos, Sérgio Severino e Victor Carlson

Edição

Alessandro da Silva, Alexandra Baldisserotto, Alexandre Gonçalves, Carolina Guidi, Janaína Toscan, José da Silva Júnior, Luciane Lemos, Maurício Oliveira, Marcelo Santos, Paulo Henrique Sousa, Sandra Nebelung, Vanessa Pedro e Victor Carlson

ZERO

Melhor Peça Gráfica

I, II, III, IV e V

Set Universitário

Maio 88

Setembro 89, 90 e 91

Outubro 92

Nº 4

ANO XI

DEZEMBRO 93

CURSO DE JORNALISMO

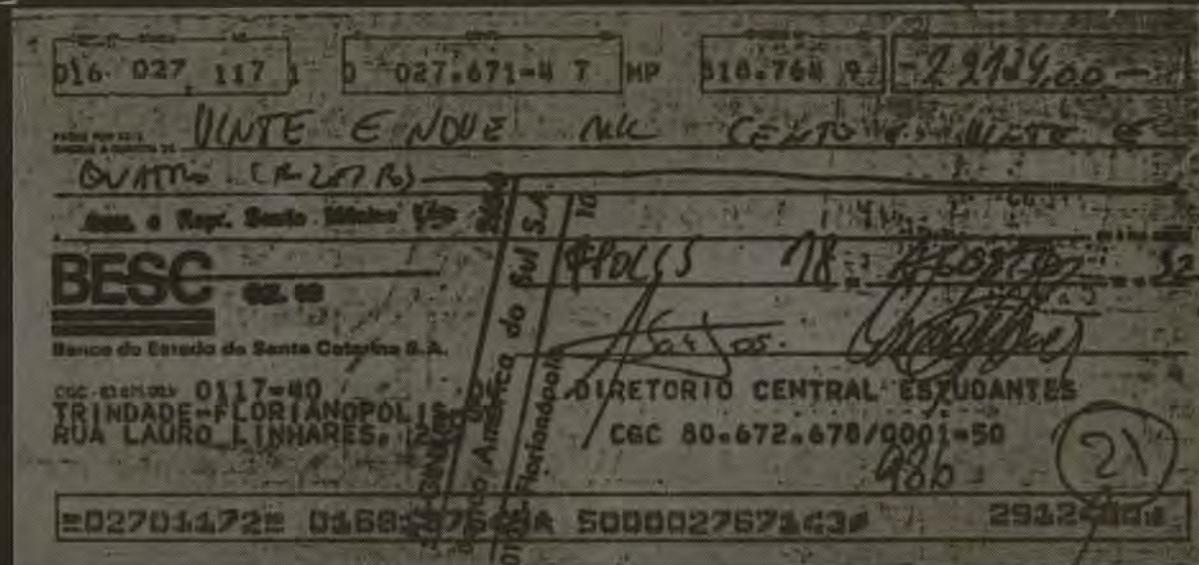
CCE-COM

ZERO

DEZEMBRO - 93

Estudantes exigem auditoria no DCE

Falta de notas fiscais e cheque roubado são algumas das irregularidades



Tesoureiro do DCE usou cheque roubado para fazer compras no supermercado

A Assembléia Geral dos Estudantes do dia nove de novembro, aprovou a realização de uma auditoria nas contas referentes aos anos de 1991 e 1992 do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFSC. As maiores irregularidades constatadas pelo CETEC (Conselho Estudantil do Centro Tecnológico), são a falta de notas fiscais, recibos assinados indevidamente pelo tesoureiro, notas de motel, um cheque roubado e pagamentos de ajudas de custo para a diretoria.

A onda de auditorias nas entidades estudantis da UFSC é obra do CETEC. Este ano o presidente da instituição, Alcione Vergil, resolveu pedir uma auditoria nas contas de todas as diretorias passadas. Ele quer descobrir onde foram parar 600 livros da biblioteca do CETEC, cerca de 100 discos e o equipamento da discoteca que funcionava no bar do CTC. Vergil quer saber também o que foi feito com o dinheiro do aluguel que a instituição recebeu durante todos esses anos do bar da Nina, localizado no Centro Tecnológico.

Uma das principais irregularidades da gestão Cri-Cri (1992) é a falta de notas fiscais. Para prestar contas de alguns gastos o tesoureiro Alexandre Aguiar dos Santos preencheu e assinou uma série de recibos para fechar a contabilidade. So que os recibos deveriam ter sido assinados pelas pessoas ou empresas que prestaram serviços no DCE. O tesoureiro assinou também quatro recibos de ajudas de custo para Valdir José Ferreira, Coordenador-geral do DCE na época. Santos tenta justificar-se afirmando que recebeu uma procuração do Coordenador para assinar os recibos.

Remuneração — Outros problemas são as ajudas de custo que os dirigentes daquela gestão recebiam. As pessoas eleitas para trabalharem no DCE exercem atividades voluntárias e não devem receber salários. Mas a direção Cri-Cri decidiu que eles deveriam ser remunerados. Para isso, instituiu a ajuda de custo.

Segundo o tesoureiro Santos, no início as ajudas eram mensais, depois passaram a ser quinzenais. Ele disse ainda que as ajudas de custo não ultrapassavam o valor da bolsa de trabalho, 75% do salário mínimo. Mas na prestação de contas foram encontrados dois recibos de ajudas de custo do Coordenador Geral, Valdir José Ferreira, referentes ao mês de novembro. A soma chega a CR\$ 600 mil cruzeiros, em valores da época. O salário mínimo naquele mês foi de CR\$ 522 mil cruzeiros.

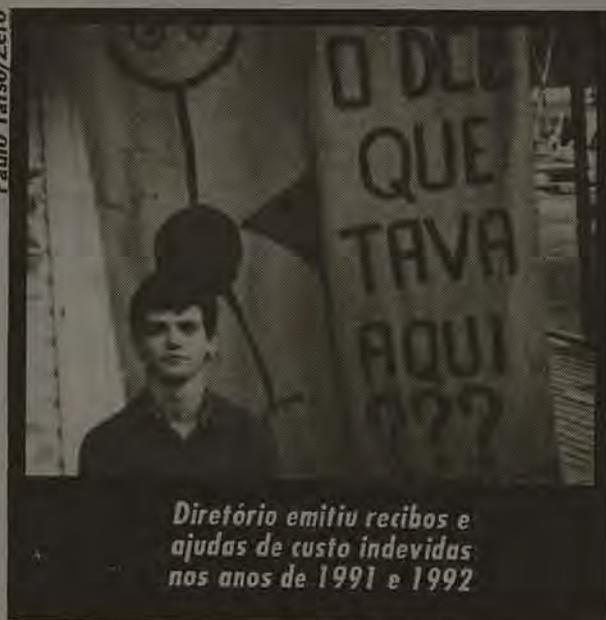
Ferreira sequer poderia ter sido Coordenador-geral do DCE quando a chapa Cri-Cri tomou posse no dia cinco de fevereiro de 92, ele não fazia parte da diretoria eleita. Mas foi escolhido para ser coordenador no dia primeiro de setembro do mesmo ano, quase sete meses depois. Ferreira tomou o lugar do Oscar Rover que largou o cargo porque ia se formar. "O Valdir foi o primeiro Coordenador-geral biônico do DCE" denuncia Lara Kretzer, atual coordenadora-geral do diretório.

Compras — A atual diretoria do DCE terá que pagar um cheque passado pela antiga gestão e que foi devolvido. O cheque, usado para pagar compras

no Supermercado Santa Mônica, no dia 18 de agosto do ano passado, foi devolvido pela compensação porque estava com contra-ordem ou seja, foi dado como roubado. Só que o cheque estava assinado pelos responsáveis pelas finanças do DCE, Alexandre Aguiar dos Santos e Oscar Rover.

Santos disse que o cheque não foi roubado e que ele o passou para pagar compras do diretório. Ele contou que alguns dias depois de ter passado o cheque, o talão com mais cinco ou seis folhas foi roubado ou perdido — ele não sabe informar ao certo. O tesoureiro deu contra-ordem em todo o talão para que nenhum cheque fosse descontado. Segundo Alexandre, o Santa Mônica deve ter demorado a depositar o cheque e, quando o banco foi compensar, a conta do DCE estava bloqueada.

O advogado do Supermercado entrou em contato com o DCE este ano e solicitou o pagamento do



Diretório emitiu recibos e ajudas de custo indevidas nos anos de 1991 e 1992

cheque. Lara Kretzer não sabe informar porque só agora o Santa Mônica procurou o diretório. A diretoria já decidiu que vai pagar o valor devido. Caso não faça, o advogado do supermercado vai entrar na justiça contra o Diretório Central dos Estudantes.

O CETEC, autor das denúncias, é um órgão que representa todos os Centros Acadêmicos do CTC e existe há mais de dez anos. A atual diretoria concluiu as reformas do prédio e comprou equipamentos novos para o CETEC este ano. Alcione Vergil, o presidente da instituição, diz que todas as reformas foram feitas com o dinheiro do aluguel do bar da Nina, da mesa de sinuca que funciona no local e do xerox que destina mil cópias todos os meses para o conselho. No mês de novembro, o aluguel do bar rendeu CR\$ 35 mil cruzeiros reais. "Quando se é honesto consegue-se fazer bastante coisa com pouco dinheiro", disse Vergil poucos dias antes da eleição do DCE, de olho

em um dos cargos da entidade. Ele concorreu pela chapa Olho Vivo, que venceu o pleito.

Motel — Além das contas da gestão passada, a auditoria também vai investigar os gastos da diretoria do DCE no ano de 1991. Vergil denuncia que existem notas de motel e de compra de caixas de "paçoca" na prestação de contas da chapa *E preciso amar e lutar*. Além disso, o dinheiro da contribuição acadêmica não foi repassada aos Centros Acadêmicos naquele ano.

A maior parte de dinheiro que o Diretório Central administra vem da contribuição acadêmica. Todos os semestres uma parte das taxas das matrículas dos alunos da UFSC vai para o DCE. Neste semestre, a contribuição foi de uma UFIR. Sessenta por cento desse dinheiro deve ser repassado aos Centros Acadêmicos da Universidade e os outros 40% ficam com o DCE. O presidente do CETEC também denuncia que esse dinheiro foi repassado sem juros aos C.A. no ano passado, pela gestão Cri-Cri.

A eleição para uma nova diretoria do DCE aconteceu no início de dezembro. A Cri-Cri tentou voltar ao DCE através da chapa *Nada do que foi será*. Lucinéia Martins, que fazia parte da antiga diretoria concorre a uma vaga e Alexandre Aguiar dos Santos — o ex-tesoureiro — foi um dos principais cabos eleitorais.

Oportunismo — Antes da eleição, Santos tenta e se defender das acusações de irregularidades atacando os adversários. Em uma carta distribuída aos estudantes, ele diz que a chapa Olho Vivo, encabeçada pelo presidente do CETEC, aproveitou-se da auditoria para tentar se eleger. É denuncia que ela (Olho Vivo) e a Cara Pintada, atual diretoria do DCE, receberam apoio e dinheiro da maçonaria e do Partido Liberal (PL). O antigo tesoureiro diz ainda que a gestão Cri-Cri foi a única, que em cinco anos, prestou contas dos gastos.

O pedido de auditoria foi entregue pela atual coordenação do DCE, no dia 23 de outubro, ao Conselho Regional de Contabilidade. Os coordenadores vão pedir também uma auditoria jurídica e ética à Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB). "No ano passado pedimos ética na política e agora estamos fazendo o mesmo que os políticos" condena Lara Kretzer, Coordenadora-geral do DCE.

Os resultados das auditorias vão ser encaminhados aos fóruns estudantis da UFSC. O Conselho de Entidades de Base (CEB) que agrega todos os Centros Acadêmicos da Universidade Federal, e o Congresso Estudantil vão decidir o que fazer em relação às irregularidades nas contas do DCE. Ninguém acredita muito.

Ivana Back

Colaborou Paulo de Tarso



Projeto oportunista prevê extinção dos cargos de vice

Emenda reduz número de deputados

O deputado estadual Luiz Cunha, quinto suplente do PMDB, deve ser substituído já em fevereiro do ano que vem, mas antes pretende incluir na revisão constitucional mais um daqueles projetos mirabolantes, de ocasião, com pretensões de resolver os problemas do país num golpe só. A emenda que o deputado de Brusque quer tornar lei prevê a extinção dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito, além de reduzir pela metade as cadeiras do Congresso Nacional e Assembleias Legislativas. A idéia é acabar com 29.331 cargos e conseguir para o país uma economia mensal de US\$ 7 milhões em salários. É pouco. Só o esquema PC de corrupção movimentou cerca de US\$ 1 bilhão em dois anos.

O deputado e sua assessoria fizeram um levantamento de cargos e salário do poder público do país. Segundo o estudo, existem no Brasil 47.000 vereadores (salário médio de US\$ 150, ou dois mínimos), 1.040 deputados estaduais (salário médio de US\$ 2.500), 503 deputados federais (US\$ 3.500), 81 senadores (US\$ 4.000), 4.973 vice-prefeitos (US\$ 225) e 27 vice-governadores (US\$ 3.000). Em Santa Catarina, são 2.610 vereadores, 40 deputados estaduais, 16 federais, 260 vice-prefeitos e 3 senadores. A economia para o estado seria de US\$ 341.475. É pouco para justificar tamanha concentração do poder político.

O chefe de gabinete do deputado, Sérgio Bodemullir, garante que os salários serão o menor valor da redução de custos. Além das ajudas de custo, como auxílio-moradia e automóveis, calcula-se que há 20 ou 30 funcionários para cada deputado. "Nem as campanhas eleitorais saem do bolso deles", disse. O deputado não falou porque estava viajando, em dia de expediente normal.

Excluindo-se os vices, os substitutos dos presidentes, governadores e prefeitos, os previstos na legislação atual. Quer dizer, quando o presidente Collor deixou o posto, caso já vigorasse o sistema, o presidente do Brasil seria o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), acusado de usar recursos do Dnocs para perfurar açúdes em suas fazendas.

Estado menor — Quanto à eficiência desse Estado reduzido, Bodemullir garante, com frágeis argumentos que será igual ou maior ao atual. "O governo Collor colocou em disponibilidade 9.000 funcionários públicos e o serviço não parou, pelo contrário, ficou mais eficiente". A tese é de que um Estado menor será mais facilmente fiscalizado pelos eleitores. Dos 40 deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ele afirma que "não se conhece dez."

Difícil é conhecer o "meio senador" com que Santa Catarina ficaria. Pelos cálculos rigidamente matemáticos do deputado, o estado, ao invés de 3, teria 1,5 senador. Mas, segundo o chefe de gabinete, a sugestão da representatividade tem que ser revista. Como o estado tem cerca de dois milhões de eleitores, deveria haver dois senadores. "um para cada milhão".

A proposta vai ser encaminhada à revisão pela União Parlamentar Interestadual (UDI), que congrega os 1.040 deputados estaduais do país. A idéia de uma emenda popular foi descartada porque exigiria 1 milhão de assinaturas.

O projeto se expõe ao ridículo dentro do próprio PMDB. O deputado Noemi Cruz classificou a proposta de "demagógica". Segundo ele, o deputado Cunha propôs a emenda sem consultar a bancada do partido, só para aparecer.



Luiz Cunha (PMDB): proposta "demagógica"

Promessa de trabalho em escritório é uma farsa

Jovens caem no "conto do Karajá"

O anúncio parecia tentador para jovens em busca de trabalho e sem experiência. Oferecia trabalho em escritório e boa remuneração. Mas ao se engajar na Karajá Representações, o novo contratado é obrigado a atuar como vendedor durante um mês. Somente numa segunda-feira de agosto, vinte pessoas caíram no "conto do Karajá". Há um ano, a Karajá se instalou em Florianópolis, na praça dos Bombeiros. Em Julho, a empresa já abriu uma filial na rua Tenente Silveira. O crédito vem da venda de títulos do Clube de Proteção à Família (CPF) — uma espécie de seguro múltiplo com sede em Campinas (SP).

No primeiro dia do emprego, os funcionários aplicam um teste sobre conhecimentos gerais. Quem é o ministro da Fazenda ou qual é o dia da Independência do Brasil, são algumas das perguntas. Os que passarem começam a trabalhar no próximo dia. Mas o caminho até o salário é longo.

No segundo dia, a estratégia da empresa começa a clarear: "Parabéns: Você foi aprovado e já está contratado, agora só falta o treinamento", dizem. Assim começa a "preparação de um novo supervisor". A parte prática — o trabalho



— é vender três tipos de títulos do CPF, até atingir 100 pontos no mês (o mais barato vale um ponto, o intermediário dois pontos e mais caro, três pontos).

Prêmio — Há ainda uma espécie de tratamento de choque, que a Karajá chama de "treinamento intensivo". A pessoa tem apenas um dia para realizar a

venda. Se não vender, ganha mais alguns dias. Quando vender, poderá ganhar como prêmio, uma desculpa: "Nós conversamos com o chefe e não teve jeito, você vai ter que fazer mais quatro vendas e eu botei minha cabeça no fogo que você vai conseguir", disse Charles, supervisor da filial, a uma candidata. E continuava: na verdade era pra ser 16 vendas mas o chefe deixou pra somente quatro.

Marcos Aurélio da Silva, trabalha há três anos na CPF e hoje é o representante da região sul. Marcos Aurélio disse que o "treinamento intensivo" não é mais usado e o gerente que o teria aplicado foi despedido, por não fazer a contratação de maneira correta. Ele alega que vender faz parte do estágio porque é uma empresa de vendas. Segundo ele, aquele que completar 100 pontos em 30 dias e tiver capacidade e desenvolvimento para realizar o trabalho é que vai passar para o serviço de escritório. Apesar de defender a idoneidade da empresa, Marcos é avesso à fotografia. Ele não deixou ser fotografado pois estaria comprometendo Florianópolis e que o escritório estava desarrumado e sem cortinas.

Gisele Lasso

Anúncio em jornal desde maio

DC CLASSIFICADOS -

2060 Outras Funções

EMPREGO PARA JOVENS - Maiores, não exigimos prática para trabalhar. Supervisor Interno, Auxiliar de Escritório e Vendedores. Ganhos CR\$ 25.500,00. Trabalhar somente nesta Segunda Feira, Praça Getúlio Vargas, nº 138.

Políticos de SC dirigem maiores partidos em momento dramático

Catarinenses lideram PPR, PFL e PMDB

pela primeira vez na história política de Santa Catarina, o estado tem três catarinenses, ao mesmo tempo, na liderança dos principais partidos do país. Jorge Bornhausen comanda o Partido da Frente Liberal (PFL), Esperidião Amin encabeça o Partido Progressista Reformador (PPR) e Luiz Henrique da Silveira lidera o PMDB. Juntos, seus partidos representam a maioria do Congresso Nacional. Seria isto motivo de orgulho? Dificilmente. Na atual situação do país, o PMDB cada dia mais se afoga no "mar de lama" da CPI; o PPR está abalado com o "escândalo Pau-Brasil" e o "caso João Alves"; e o PFL, por sua vez, tenta se esquivar antecipadamente de possíveis acusações.

O PPR atualmente passa por maus momentos. A empresa Pau Brasil, de João Carlos Martins, principal assessor do prefeito Paulo Maluf, teria funcionado como caixa 2 na campanha de Maluf à prefeitura de São Paulo. No início deste mês, ao depor à Procuradoria da República, Martins disse que foi o engenheiro Flávio Maluf, filho do prefeito, que solicitou à Pau-Brasil o depósito de 2 milhões de dólares para pagamento de dívidas da campanha de 1990. Mas Flávio nega qualquer ligação com a Pau Brasil.

O deputado Gervásio Maciel, líder do partido em Santa Catarina, alega que "Maluf é o homem mais investigado do país, porém é um político honesto e correto". Maciel defende Maluf, porque sabe que o futuro do prefeito de São Paulo está intimamente ligado ao do presidente nacional do PPR, senador Esperidião Amin. Amin iniciou sua vida pública em 1975 como prefeito de Florianópolis, nomeado pela ditadura militar. Foi deputado pela Arena em 1978, e, mais tarde, em 1983, eleito governador de Santa Catarina. Ganhou notoriedade nacional com a publicidade em torno das enchentes de 1983 e 1984 que arrasaram o Vale do



Itajaí. Eleito senador em 1990, Amin votou a favor do impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Com isto, seu prestígio em todo o país e dentro do partido, cresceu ainda mais. **Fugindo** — Amim não parece se importar muito com as denúncias contra Maluf. Ao invés de tentar esclarecê-las, batalha para abrir uma CPI contra as possíveis irregularidades na relação entre CUT e PT. Segundo o senador, "a CUT opera com caixa 2 e caberá à CPI mostrar como este dinheiro é repassado ao PT".

Noutra fogueira meteu-se

"Luiz Henrique é um líder incompetente".
Pedro Simon

o deputado Luiz Henrique da Silveira ao assumir a presidência do PMDB no dia 13 de setembro deste ano. Concorrendo com o senador Pedro Simon (RS), Luiz Henrique foi vencedor em chapa única depois da desistência do adversário. A unidade partidária desandou semanas depois que Simon declarou: "Luiz Henrique é um líder incompetente".

Há quase três meses na presidência do PMDB, Luiz Henrique vê o maior partido do país na iminência de partir-se em cacos. Parte de seus parlamentares está envolvida no escândalo da CPI do Orçamento, inclusive uma de suas pilstras, o deputado Ibsen Pinheiro. Diante da situação, o partido perde a credibilidade e a confiança do povo. O Secretário Geral do PMDB em Santa Ca-

tarina, Herneus de Nabal, procura justificar a atual situação do partido, lembrando uma frase de Ulysses Guimarães: "quanto mais você bate e derruba, parece que o partido mais cresce". Para ele, o PMDB tem tido uma capacidade muito grande de sair dos momentos difíceis.

Liderança — Esta situação poderá comprometer os projetos do partido para as eleições de 1994. Com Orestes Quêrcia sob eterna suspeita, o mais provável candidato às eleições presidenciais é o ex-Ministro da Previdência, Antônio Brito. Segundo Nabal, "Brito é um homem que está colocando as pessoas que praticam ilícitos na cadeia, sem espalhafato". Para Herneus, o fato de Luiz Henrique ser um líder catarinense, "faz com que o estado tenha uma expressão maior na federação, mas sobretudo o papel importante que ele vem desenvolvendo para o Congresso e a democracia".

No meio da confusão política nacional, o PFL foi pinçar a experiente figura de Jorge Bornhausen para articular as novas alianças do partido. Velha raposa da política de bastidores, o presidente nacional do PFL sempre esteve próximo ao poder. Ingressou na carreira através do pai Irineu Bornhausen, que foi governador do estado. Depois, fundou a Arena em 1966 e governador do estado, eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa em 1979. Senador em 1982; Ministro da Educação em 1987 no Governo Sarney e finalmente Secretário de Governo na gestão do ex-presidente Fernando Collor.

O deputado estadual e líder do partido em SC, Júlio Garcia, afirma que "Jorge não se corrompeu durante o período Collor, e a população de Santa Catarina se orgulha e sempre se orgulhará do grande líder que ele é".

Apesar de todas as sujeiras que envolvem os três grandes partidos, é importante ressaltar que, por enquanto, seus líderes não estão envolvidos em escândalo algum. Os eleitores catarinenses agradecem.

Carolina Guidi
Ana Paula Barreto



Zé Dassilva.



Reprodução

Luiz Henrique preside o PMDB, partido de Orestes Quêrcia



O ex-ministro de Collor, Jorge Bornhausen, é presidente do PFL



Governo manipula orçamento em ano eleitoral

Esquema é deixar CR\$ 29,6 bilhões na conta "outras despesas" sem listar os gastos

No próximo ano, o governador Wilson Kleinübing vai dizer não ao plano SIM (Saúde, Instrução e Moradia), documento que vendeu durante a campanha eleitoral como futuro plano de governo. É que a proposta de orçamento para 1994, de autoria do executivo, não prioriza nem saúde nem instrução, muito menos moradia. Talvez por ser um ano eleitoral, o governo carrega de recursos o programa de construção e recuperação de rodovias. O valor destinado às estradas é maior do que a soma dos programas de saúde e educação. As subvenções sociais, que na CPI do orçamento são o foco de estímulo ao clientelismo, também recheiam o orçamento estadual para o ano que vem. A votação da peça está prevista para meados deste mês, mas pode ser prejudicada pelo número elevado de emendas apresentadas pelos deputados: exatas 1.400. A maioria, nitidamente eleitoreira.

A lista dos programas de investimento é o atestado de óbito do plano SIM, que previa a destinação de 1% da renda líquida do Estado para a construção e recuperação de rodovias. Mas o orçamento do ano que vem destina 4% da renda líquida para esse fim. O percentual equivale a 25% de todo o investimento do Estado para 94. Em contrapartida, as áreas de saúde e educação ficaram com apenas 18,7% dos investimentos, o que corresponde a minguados 3% de toda a receita líquida

disponível. "Esse tipo de decisão é política", confessou um assessor da Secretaria da Fazenda.

O diretor de orçamentação da Secretaria de Planejamento e Fazenda, Aylton Sacramento, informou que este ano o governo já está trabalhando com 8% da despesa líquida destinados a obras em estradas. A porcentagem extrapola o previsto no orçamento. A consequência imediata é que outros programas vêm sendo sacrificados com o repasse de recursos para a construção de rodovias, muitas delas vinculadas a esfera federal. O relator do projeto de lei orçamentária, Reno Caramori (PPR) disse que o valor destinado a obras rodoviárias "é pouco, muito pouco". Caramori é dono da empresa Reunidas de Transportes, uma das maiores do Estado no setor, e foi o deputado mais votado na última eleição com quase 30 mil votos. No seu gabinete, ele expõe com orgulho um retrato no qual aparece ao lado de uma máquina retroescavadeira, pilotada pelo governador Wilson Kleinübing.

Enquanto as verbas sobram na área de transportes, faltam na educação. A proposta orçamentária que está na Assembleia se limita a investir em educação o mínimo que exige a Constituição Federal, ou seja, 25% da receita resultante de impostos (ficam excluídas as taxas e outras contribuições cobradas pelo Estado).

A polêmica está em quais itens po-



dem ser incluídos para efeito de cálculo desses 25%. O governo contabiliza os gastos com repasses de verbas para a Escola de Polícia Militar, Fundação Catarinense de Ensino Especial e à Universidade para o Desenvolvimento do Estado (Udesc). O deputado Wilson Santin, líder da bancada do PT, não concorda com isso. Ele acha que o governo deve investir os 25% exclusivamente na rede estadual de ensino fun-

damental. Pelos cálculos do PT, contando com o pagamento dos funcionários aposentados, o investimento em educação deve ficar em torno de 23% da receita oriunda da arrecadação de impostos.

Há ainda outros fatores que caracterizam o orçamento como uma peça política. O item "outras despesas correntes" é uma vala comum contábil que pode se tornar um cheque em branco

que os deputados vão assinar para o governador, no valor de 29 bilhões e 600 milhões de cruzeiros reais. Esse valor representa praticamente 30% de toda a despesa prevista para 1994. O projeto do executivo não detalha onde serão gastos estes bilhões, o que pode permitir a manipulação de quase um terço de todo o orçamento.

Em defesa do governo está Aylton Sacramento. Ele explica que o detalha-

mento das despesas já está pronto, e só não foi enviado junto com a proposta de orçamento "porque os deputados não inam entender aqueles números". Do que se deduz que a imagem dos deputados na secretaria de Planejamento não anda muito boa. Sacramento informou que o detalhamento das despesas só será publicado depois da aprovação do orçamento para 94.

Parece que a teoria do diretor da secretaria de Planejamento não está de todo errada. O próprio relator do projeto de lei orçamentária, Reno Caramori, não está bem informado sobre a matéria. Ele não soube (ou não quis) explicar o que significam os 30% de "outras despesas correntes".

A má distribuição de verbas de subvenções sociais é outro ponto que pode permitir a manipulação das verbas orçamentárias. É no mínimo estranho o fato de o projeto de orçamento destinar CR\$ 20 milhões em verbas de subvenções para o gabinete do governador e outros CR\$ 17 milhões para a Assembleia Legislativa. A assessora do PT, Marlene Rocha, reclama que "esse dinheiro será utilizado para fazer politicagem".

Mas o diretor de orçamentação, Aylton Sacramento, alega que a liberação de recursos para entidades privadas devem ter a autorização do governador. É por isso que o gabinete recebeu a polpuda dotação de CR\$ 20 milhões. O deputado Santin está apresentando emendas globais retirando dinheiro de subvenções para colocar em áreas que o partido considera prioritárias, como saúde, moradia, agricultura e micro-empresa.

O governo conseguiu desagradar a todos na apresentação do projeto de orçamento. O deputado Santin disse

que houve conivência da bancada da União por Santa Catarina com o governador para o não detalhamento do projeto. Ele reclama que o governo não responde aos pedidos de informações sobre o projeto de lei orçamentária. Até mesmo o campeão de entrega de emendas, o superdeputado Adilson Ventura (PFL) se queixou da demora no envio dos anexos que detalham a proposta do executivo. "Creio que isso é proposital, pois os secretários (de Estado) não devem gostar muito de mudanças no orçamento", sentenciou. Santin lamentou que "a sociedade não tem a possibilidade de debater e discutir o orçamento". E reclamou que a oposição ainda não tem a visão de apresentar emendas globais para todo o Estado.

A esmagadora maioria das 1.400 emendas é restrita a municípios e regiões que formam as bases eleitorais dos deputados. Algumas, e não são poucas, nem chegam a atender a um município inteiro, tamanha a sua restrição. Outras não atendem aos requisitos básicos para que a emenda seja aceita.

Mas o deputado Reno Caramori admitiu que vai acatar as emendas eleitoreiras (o conceito é dele). Ele explicou que aquelas que não for possível acatar como emendas serão transformadas em "indicações". Essa manobra é para não contrariar os interesses dos deputados, que utilizam as indicações irregulares nas campanhas para divulgarem suas atividades parlamentares. As indicações não têm valor legal nenhum.

Reportagem e Textos
Paulo Henrique Sousa
Paulo de Tarso



Ventura, o campeão: 512 emendas e ainda queria mais 100

Deputados abusam de projetos

Das 1400 emendas apresentadas ao projeto de orçamento do governo, o deputado Adilson Paes Ventura (PFL) é responsável por 36,57% desse total. Ele entregou ao relator da proposta de orçamento, Reno Caramori, 512 emendas. Segundo Ventura, outras 100 propostas de sua autoria ficaram de fora, por não estarem prontas dentro do prazo de entrega. As propostas de Adilson Ventura beneficiam principalmente as cidades da região serrana, base eleitoral do deputado lageano. No total, 1294 emendas foram propostas individuais, o que caracteriza a fragilidade dos partidos políticos.

Algumas das emendas ao projeto de orçamento são, no mínimo, curiosas. Adilson Ventura apresentou duas que beneficiam a Associação de Moradores do Kobrasol e a Associação Comunitária Cerritense. O deputado também apresentou emendas para a construção de 15 ginásios de esportes, e aquisição de câmaras frias para os agricultores de 16 cidades do Planalto. O deputado José Pedrozo (PPR), propôs a pavimentação do acesso à Cooperativa Agropecuária Camponovense Ltda. O festival de emendas eleitorais segue com o deputado Noemi Cruz. Ele quer que o Estado compre tratores com pneus e implementos para os municípios de Luís Alves e Ilhota.

A primeira emenda a ser enviada à Comissão de Finanças foi a do depu-

tado Wilson Wandall. Foi apresentada no primeiro dia do prazo para entrega das propostas, 16 de novembro, e pede verbas para a construção da sede do Círculo Trentino, de Nova Trento. Wandall afirma que o Círculo é uma entidade cultural, que preserva a tradição dos imigrantes que vieram de Trento, na Itália. O prazo para apresentação dos projetos encerrou no dia 30 de novembro, às sete e meia da noite. Até as quatro da tarde, o deputado Reno Caramori, recebera apenas 260 emendas, e esperava mais umas 800 até o final do dia. Recebeu mais 1100.

As propostas para a alteração do orçamento deveriam ser enviadas à Comissão de Finanças e Tributação obedecendo a alguns critérios. O principal deles era observar de onde o dinheiro para a obra requerida seria deduzido. Mas alguns deputados pareceram não entender as regras do jogo. O deputado Gelson Sorgato (PMDB) enviou 63 emendas, das quais apenas uma apresentava a dedução de verbas para realização da obra.

Além das individuais, foram entregues 41 emendas coletivas e 65 de bancadas diversas. O PFL foi o partido que mais apresentou projetos: 707. O PMDB apresentou 353, o PDT 88, o PPR 75 e o PSDB (representado pelo deputado Marcelo Rego) 71. Dos quarenta deputados que formam a Assembleia, 21 enviaram propostas para emendar o orçamento do Estado para 1994.



Paulo Tarso/Zero

O relator Caramori aceitou emendas eleitoreiras para não contrariar os deputados

Santin reclama da má vontade do governo na liberação de informações



Paulo de Tarso/Zero

Sete anões são manchete desde 91

A divulgação do esquema de corrupção na Comissão do Orçamento, feita de maneira bombástica no dia 20 de outubro, não surpreendeu sequer uma mosca nos palácios de Brasília, quanto mais deputados e jornalistas. Já em 1991, informações sobre a manipulação de verbas orçamentárias circulavam nos corredores do Congresso e vazavam escandalosamente para a Imprensa. Há exatamente dois anos, uma série de reportagens feitas nos grandes jornais do país denunciou as irregularidades na Comissão. Mas a atuação dos periódicos na época revelou-se puro fogo de palha: em quatro meses o assunto perdeu espaço nos jornais e acabou inexplicavelmente esquecido, apesar das provas, evidências e acusações levantadas.

Em agosto de 1991 o país está envolvido num mar de denúncias nunca visto. Entre a posse de Collor e o dia 11 de setembro, o número de acusações de corrupção levantadas pelos quatro maiores jornais brasileiros chega a 230, ou seja, um caso a cada 60 horas. Neste mês, sete CPIs encarregadas de apurar denúncias de irregularidades na manipulação do dinheiro público se desenvolvem no Congresso, enquanto outras três aguardam a vez de serem formadas. O Brasil se prepara para as eleições municipais de 1992 e os donos do orçamento apostam alto nos pequenos redutos eleitorais e na compra de apoio político.

Esquema — “Já fui procurado por 27 prefeitos denunciando intermediação de verbas” acusa o senador Ronan Tito, do PMDB mineiro, nas páginas da revista Veja. As denúncias surgem de todos os lugares. Em 19 de setembro o dono da construtora Módulo em São Paulo, Antônio Castro Paixão, apresenta num dos segmentos do programa do PT, durante o horário político gratuito, papéis que comprovam o favorecimento de determinadas empreiteiras nas concorrências para construção de obras públicas. Da mesma forma, o prefeito de Luis Antônio, cidade com cinco mil habitantes na região de Ribeirão Preto, esclarece à Veja o esquema de recebimento de verbas do governo federal: “Temos que assinar uma nota fria, ainda na capital federal, no valor equivalente do que vamos receber. Sem isso o dinheiro não sai”.

Um grupo de deputados conhecidos como “os sete anões” ou “Exército Branco de Neve” figura nas manchetes dos jornais e é famoso, não só pela pequena estatura, mas pela grande influência que exerce na Comissão do Orçamento. Em 12 de agosto o Jornal “O

Denúncias de O Globo e Veja não foram adiante por falta de vontade política. Congresso foi conivente com corrupção

GLOBO

Segunda-feira, 28 de outubro de 1991



Globo”, denuncia o favorecimento nas verbas orçamentárias. A Bahia, terra do deputado João Alves e do líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia, surge como - Estado com mais recursos “carimbados” pelo governo federal, garantindo 52 bilhões e 865 milhões, cerca de 30% do total de recursos. O mesmo ocorre com vários municípios de base eleitoral de deputados ligados à Comissão.

Serra Dourada — Os fatos deixam transparente o envolvimento dos anões no desvio de verbas do Orçamento, principalmente no caso do relator João Alves. No dia 14 de outubro, o jornal “O Globo” acusa a existência de recibos assinados por vereadores do município baiano de Serra Dourada, que confirmam ter recebido dinheiro em troca de apoio político a Alves (o jornal chegou a publicar o recibo), e o favorecimento do relator às cidades onde tem base eleitoral. O jornal é enfático: para

O Globo já indicava, há dois anos, o deputado João Alves como um dos membros da máfia do orçamento

Serra Dourada, com população de 17 mil habitantes, Alves garantiu verbas de 6,1 bilhões, mais do que receberam capitais do porte de Rio e São Paulo.

As irregularidades explícitas na manipulação das verbas do Orçamento fornecem motivos suficientes para criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) já em 1991. Investigações chegam a ser solicitadas. No dia 22 de outubro, o PT pede à Mesa diretora da Câmara que acione a Procuradoria Parlamentar para punir João Alves. O líder do partido, deputado José Genoíno, esperneia, gritando que é “inconcebível apenas destituir o relator sem investigar as denúncias de manipulação de verbas do Orçamento e compra de apoio político feitas contra ele.”

Escolta — A verdade é que, em 1991, o chefe do exército de anões está envolvido inclusive em acusações de suborno aos profissionais da imprensa. “Não saio do cargo. É tudo mentira contra mim. Aqueles f.d.p disseram que eu tinha oferecido o carro “esbravejava, depois da revista Veja publicar uma matéria dizendo que Alves havia oferecido dois carros a repórteres, em troca de um parecer favorável sobre sua atuação no Orçamento. A situação do relator complica-se ainda mais quando ameaça dar “um tiro na bunda” do Senador Eduardo Suplicy, do PT, por estar movendo denúncias contra ele. Suplicy passa a andar escoltado por dois seguranças no Senado e a fama de João Alves cresce.

Pressionados pelo PSDB e PT, o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, e o líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza, iniciam em outubro de 91, um processo de consultas ao partido para decidir so-

bre a destituição do relator. A Ricardo Fiúza fica a incumbência de “adoecer” Alves, ou encontrar outra forma de afastá-lo da Comissão. O desgaste político causado pelo relator é imenso, mas o deputado promete “afundar atirando”. O assunto consome mais 15 dias de tensão em Brasília e termina com a nomeação de Ricardo Fiúza para o cargo.

Os favorecimentos continuam e um mês depois a Comissão de Orçamento já é de novo o assunto mais comentado no Congresso e nos jornais. Passadas 24 horas da sessão que cassou o deputado Jabes Rabelo, de Rondônia, alguns parlamentares começam a circular pela Câmara articulando a derrubada de colegas sobre os quais pairam denúncias de irregularidades. O deputado Jacques Wagner percorre os gabinetes com uma lista de assinaturas pedindo a instalação de uma CPI para investigar o tráfico de influências e a utilização de verbas federais na Comissão do Orçamento. O deputado José Dirceu (PT-SP) vai ainda mais longe: encaminha ao Tribunal Superior Eleitoral um pedido de cassação do mandato de João Alves, por crime eleitoral na intermediação de verbas em troca de apoio político no município de Serra Dourada.

Implusão — Em cinco de dezembro, um requerimento assinado por 65 deputados é entregue à Corregedoria da Câmara, pedindo a apuração das irregularidades na Comissão. Alguns anões chegam a se assustar. “A Câmara precisa deixar de ser delegacia de polícia. Vamos comer-nos uns aos outros, não dá” defende-se o deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) um dos sete integrantes da Comissão do Orçamento. Entretanto, não há motivos para pânico. O deputado Ibsen Pinheiro, então presidente da Câmara, não mexe um dedo para iniciar qualquer investigação, apesar do assunto ainda estar estampado nas capas dos jornais.

Domínio de parlamentares, imprensa e opinião pública, o debate sobre a corrupção no Orçamento não vai muito mais longe. Já em dezembro, nenhuma denúncia de peso veicula nos grandes jornais. Em 20 de outubro de 93 o esquema implode com as revelações do economista José Carlos dos Santos, e a Comissão Parlamentar de Inquérito é finalmente formada. Mas a notícia que chega às ruas já não é novidade: há muito passeava pelas bocas dos parlamentares da Câmara e do Congresso, amparada no silêncio cúmplice de políticos e no pouco caso da imprensa. Até as moscas sabiam.

Mônica Linhares

Expulsos do paraíso

Marco Cezar (O Estado)

Barracos ilegais são derrubados na Lagoinha do Leste

Ademir Bento, o "Coto", corre aflito pela trilha que leva à Lagoinha do Leste, um recanto ainda preservado do sul de Florianópolis. Pedreiro, 25 anos, ele saía para trabalhar quando viu um carro da Polícia Florestal passar em direção ao início da trilha. Eram oito da manhã e Coto não teve dúvida: foi defender o seu barracinho construído com tanto sacrifício.

Durante a descida, Coto continua correndo e ainda encontra fôlego para contar a sua história. Ele nasceu ali mesmo, numa casinha à beira da Lagoinha que já não existe mais. Naquela época não havia essa tal de Lei de Proteção Ambiental, mas mesmo assim ninguém queria ficar naquele fim de mundo. Aos quatro anos, foi morar com a família no Pântano do Sul, perto do início da trilha. Aos sete, depois da morte do pai, virou pescador para ajudar a mãe. Coto diz que ela se preocupou quando o viu sair daquele jeito. "Não vá se meter em confusão", pediu.

Depois de gastar apenas 28 minutos nos quatro quilômetros da trilha — o normal é percorrê-la em quase uma hora —, Coto percebe que a Lagoinha está em paz. Havia corrido a notícia das demolições nas praias da Solidão e do Saquinho, e talvez a ação se estendesse aos doze barracos construídos ilegalmente na Lagoinha do Leste, Parque Municipal desde 1987.

Aliviado, Coto vai até o seu barraco conferir se está tudo bem. No caminho, há um outro já demolido. "Esse foi a gente mesmo que derrubou", esclarece. Na tentativa de conseguir apoio nas negociações com a Prefeitura, os doze donos dos barracos criaram a Fundação Ecológica Besouro Verde. Não queriam mais nenhum sócio, e o barraco que estava no chão seria o décimo terceiro.

Cachaça de Pitanga — Coto abre o seu barraco de madeira, que embora tenha fechadura não tem piso. Há rastros no chão. "É de lagarto. É bom porque eles comem cobra". Lá dentro, em seis metros quadrados, uma tarrafa, material de pesca, um pequeno fogão à lenha e uma cama improvisada. Coto lava o rosto na água pura que vem da cachoeira, há trezentos metros dali. "Fiz um monte de viagem pra trazer a mangueira".

Ele faz questão de mostrar que a natureza ao seu redor continua intocada. Coisa que não acontece quando a Lagoinha recebe visitantes, tanto os que voltam no mesmo dia como os que acampam. Os membros do Besouro Verde limpam semanalmente a Lagoinha do Leste e recolhem garrafas, plásticos e latas deixadas pelos turistas.

Coto resolve visitar seu vizi-



nho Valtemir. Alguns dos barracos da Lagoinha ficam isolados, exigindo em média uma caminhada de cinco minutos até o mais próximo. Na chegada, Coto faz uma brincadeira. "Derrubaram meu barraco". Valtemir custa a acreditar, mas a cara tristonha do amigo o convence. Coto sorri e desmente. Valtemir respira fundo e abre a garrafa de cachaça de pitanga, plantada por ele ao lado dos pés de maracujá, mamão, bergamota, ameixa e goiaba.

Almoço Adiado — Valtemir Andretti, 39 anos, já teve o barraco derrubado duas vezes desde que chegou à Lagoinha, há dez anos. "Se colocassem fiscalização, eu aceitaria tranquilamente. Mas ninguém cuida disso aqui além da gente". Dono de uma revendedora de material de escritório, está relativamente bem de vida. Sempre que consegue se livrar do trabalho, enfrenta a trilha. Ultimamente, sempre sozinho. "Minha mulher e meus dois filhos querem uma outra praia, com acesso mais fácil. Eu só continuo com esse barraco porque adoro isso aqui".

Valtemir oferece um chá que mistura espinheira santa e boldo, plantados por ele próprio. "É bom pro corpo todo", explica. Com a chegada de Jandir Lobo, 48 anos, "decorador de ambientes internos especializado em papel de parede", a conversa corre solta. Fala-



se das cobras que já apareceram por ali, dos gringos perdidos que passaram a noite nos barracos e dos luais naquelas areias brancas. Sobre a lenda das bruxas nas noites de lua cheia, eles não sabem nada, nunca viram. Discos-voadores também não.

As quatro tainhotas do almoço começavam a ser descamadas quando "seu" Valdir e "Pão-de-queijo" trouxeram a notícia. "Tão derrubando os barracos". Eram quase dez horas. Depois de um momento de quase desespero, Coto corre até a beira da praia e vê lá longe os homens da Prefeitura. "Eles começaram pela 'zona norte'", diz, antes de sair mais uma



vez correndo em direção ao seu barraco, na "zona sul".

Os vinte homens da Prefeitura, vestidos com calças e bonés laranjas e camisetas brancas, tinham a proteção de sete guardas florestais e a liderança da ex-vevedora e atual Assessora de Meio Ambiente da Prefeitura, Jálila El Achkar (PV). O grupo esperou na Delegacia do Pântano do Sul por quase duas horas além do originalmente combinado para o início da caminhada, sete e meia da manhã.

Mar revolto — "Um negócio desse, que estorva?", se pergun-

tió Alves, o "Pão-de-queijo". A construção, com 40 metros quadrados, era uma das maiores. Pão-de-queijo trouxe todos os móveis para fora e assistiu à demolição deitado em sua própria cama. "É melhor que arquibancada", divertia-se.

Quem não estava para brincadeira era Valtemir. Enquanto acompanhava a demolição da casa de Pão-de-queijo, ao lado da sua, ele procurava argumentos para provar que estava ali desde 1983, muito antes da criação do Parque Ambiental. Mas não houve como evitar. Valtemir chorou.

Documento ilegal — A casa de Cláudio Caramori, justamente o último a chegar na Lagoinha, ficou intacta. Caramori, membro de uma família politicamente influente em Santa Catarina, mantém como caseiro um casal com dois filhos — e esperando o terceiro. Os fiscais da Prefeitura disseram que a presença da mulher grávida impediu a demolição.

O caseiro de Caramori, Aristides Raulino, sabia que não iria ficar sem teto. Ele havia falado por telefone com o patrão no dia anterior e foi tranquilizado. Caramori tinha um certificado de posse, emitido pelo Tabelião Luiz Carlos Santiago, do Cartório Santiago, em 13 de setembro deste ano. O documento é ilegal, já que não poderia ser fornecido para terrenos localizados em áreas de proteção ambiental. Além disso, ele diz que a casa foi construída há cinco anos, quando na verdade não tem seis meses.

Por decisão da Prefeitura, apenas dois outros barracos ficaram em pé: o do ex-pintor de paredes e atual pescador Tibúrcio Duarte, 41 anos, um *out-sider* que se instalou na Lagoinha há doze anos, e o do "seu" Valdir Steinmetz, 60 anos, um militar aposentado que chegou pouco depois. "Seu Valdir" e Tibúrcio vão trabalhar como fiscais da Prefeitura, em troca da permissão para continuarem morando na Lagoinha.

Pão-de-queijo viu "da arquibancada" seu barraco cair

Deus é grande — Tibúrcio é o que pode se chamar de figurinha rara. Em 1981 ele morava com os pais no Rio Tavares quando foi atropelado ao andar de bicicleta. Com um grave ferimento na perna, resolveu abrir mão da medicina e resolveu fazer fisioterapia no sobe-e-desce da trilha da Lagoinha. Ficou bom, se encontrou com Deus e nunca mais voltou.

No começo, Tibúrcio ficava até dois meses sem ver ninguém. Hoje a Lagoinha é bem mais movimentada. Ele tem um pastor alemão de oito anos chamado "Cão", trazido recém-nascido para a Lagoinha. "O sobrenome é "Paraíso", porque é nele que a gente vive". Desacostumado com a vida na civilização, Tibúrcio acha que não sobreviveria "lá fora". "Se tentarem me tirar da Lagoinha, eu me mato e me enterro aqui mesmo", diz. "É aqui que está a minha saúde e a minha paz".

Ele desce ao Pântano do Sul a cada quinze dias, mas faz mais de quatro meses que não vai no centro da cidade. Não tem namorada porque "ainda não pintou a cara metade". Muito religioso, tem a parede do quarto dividida entre a imagem de Nossa Senhora Aparecida e quatorze fotos, uma do Papa e treze da Playboy. Questionado sobre isso, ele apenas responde: "Deus é grande".

No caminho de volta da casa de Tibúrcio aparece Coto, correndo como sempre. "Derrubaram meu barraco". Dessa vez não era brincadeira. "Tá lá no chão, todo arrombado". Fecha um olho, entorta a boca, faz uma careta que tenta imitar o estado do seu barraco. Depois, achando aquilo tudo muito engraçado, abre um enorme sorriso de dignidade.

Maurício Oliveira

O dilema na escolha da profissão

Chegada do vestibular traz dúvidas aos candidatos



O ano está terminando e o vestibular de 1994, cada vez mais perto. Para alguns candidatos isso é motivo de aflição, pois não têm certeza do curso que escolheram. Acontece todos os anos; pressionados pela família, pela questão financeira ou pela desinformação, muitos jovens acabam entrando na profissão errada. A maioria só descobre o erro quando está dentro da universidade. Só no ano passado, dos 12138 alunos matriculados na UFSC, 1650 desistiram ou abandonaram a faculdade que cursavam.

Eveline de Farias, 18 anos, é caloura do curso de Ciências Contábeis e ainda não sabe se fez a escolha certa. "Decidi porque gostava de matemática", explica. A opção foi feita após se informar com um primo, uma vizinha e um professor formado na área. Agora, reclama que a primeira fase não é o que esperava, mas pretende dar mais um tempo para descobrir se fez a escolha certa. "Ainda sou nova e se não for o que quero, faço outro curso".

Errar na hora de escolher a futura profissão não é privilégio dos inseguros. Às vezes, pessoas

que têm certeza do que querem podem ser levadas a outros caminhos por conta do acaso. A estudante da quarta fase de Matemática Karin Cristina Siqueira, 19 anos, quando se inscreveu para o vestibular de 1992, optou por Engenharia de Automação com toda a segurança do mundo. Fascinada pelo fato de o curso ser novidade na UFSC, achou que fosse realizar-se na área. Mas os 67 pontos que conseguiu fazer, somados à nota oito da redação, não foram suficientes para aprová-la. O jeito foi experimentar um semestre de Matemática — sua segunda opção. Hoje, Karin não quer outra coisa: "Ainda bem que não passei para Automação".

Existem também os que passam quatro anos na universidade e acabam não trabalhando no ramo que escolheram. Miguel Arcanjo de Amorim, 47 anos, é um exemplo. Com o diploma de Ciências Contábeis nas mãos, conseguiu em 1987, trabalhou algum tempo na área, mas acabou desistindo para montar uma empresa de transportes. Hoje, dono de três caminhões, Miguel já contrata motoristas para o trabalho que fazia quando começou o negócio.



Ana Paula Pinho/Zero

Marlen Lingner Heidrich, 30 anos, também mandou o diploma para o espaço. Formada em Enfermagem pela UFSC, hoje trabalha como professora de dança em um colégio público de Florianópolis. Assim, pode conciliar melhor seus horários com os três filhos e o marido Edson. "Foi uma opção de amor e prazer", disse.

Ajuda preciosa — Na hora de escolher a carreira, qualquer ajuda é bem vinda: um bate papo com alguém da área, leitura ou até mesmo uma visita à universidade em busca de informações. Alguns colégios de Florianópolis procuram levar essas informações diretamente aos alunos, através de psicólogos e palestras. "A intenção é dar uma visão bem ampla do que é cada curso", explica o auxiliar de direção do colégio Geração, Ronaldo Luiz Silveira. Todos os 2500 alunos que fazem terceiro, extensivo e semi-extensivo

A estudante Karin Siqueira descobriu a vocação por acaso

no colégio têm acesso a um ciclo de palestras, durante os quatro bimestres de aula. Criado há dois anos, participam do ciclo pessoas da universidade e profissionais do mercado.

Segundo Ronaldo, nas palestras a indecisão dos vestibulandos fica bem clara. Algumas precisam ser repetidas até três vezes, principalmente quando o assunto são os cursos da moda. Medicina, Odontologia, Direito e Jornalismo lideram os índices para o vestibular da Universidade Federal, fazendo a cabeça dos adolescentes que procuram o status dessas carreiras. A aluna Luciana Melo do Geração conseguiu escapar do modismo a tempo. Sua intenção era cursar algo na área da saúde (Medicina a Odonto), mas depois de assistir a

algumas palestras, a garota acabou fazendo duas opções bem distantes disso — Administração na UFSC e hotelaria na Univali.

Informação ainda é a melhor receita para uma escolha correta de profissão. Poucos podem contar com a sorte da estudante Simone Meurer, 21 anos. Ela decidiu pela Computação na fila de inscrição para o vestibular. "Todo mundo dizia que eu tinha cara de advogada ou administradora, mas acabei escolhendo a Computação", diz. A opção foi uma loteria: Simone ganhou o prêmio de ter acertado no curso. A pouco mais de um semestre da formatura, ela se considera satisfeita com a escolha que fez.

Ana Paula Pinho

República de Alagoas vira piada

Teatro político volta à cena com peça sobre Collor

Mais de um ano depois do fim da Era Collor, parece que não resta outra alternativa a não ser lembrar daqueles dias com humor. Enquanto a palavra "impeachment" ainda parecia loucura daqueles "fanáticos xiitas do PT", o Grupo "A" de teatro encenava, nas ruas e bares de Florianópolis, a decadência da "República de Alagoas". Os textos, carregados de ironia e sarcasmo, estão reunidos no recém-lançado livro "Impeachment e Papel Picado: o Público e o Privado", do jornalista Daniel Izidoro.

Na peça "Seja lá o que Deus quiser" — que tem o

final escolhido pelo público, numa sátira ao programa "Você Decide", da TV Globo —, os irmãos Pedrinho e Narizinho brigam por uma bola. Quem chega para complicar ainda mais o conflito familiar? Ele mesmo: PCesinho, que propõe a brincadeira da "ciranda financeira".

Mas o tempo é o senhor da razão, como diria um certo ex-presidente. As crianças crescem e a história passa de Monteiro Lobato à Shakespeare. Como se fosse a caveira de Hamlet, Pedrinho aparece nos ombros dele próprio, adulto. Pedro e Pedrinho conversam com o fantasma do avô, Lindolfo Collor, que diz estar "condenado a vagar pelas noites frias, e durante o dia a arder nas chamas, até que sejam extintos e purgados os crimes que em vida cometi". Pedro comenta "Oh! Que horrível sina" e Pedrinho completa: "Tá que-

GRUPO A APRESENTA

IMPEACHMENT E PAPEL PICADO:
O PÚBLICO E O PRIVADO



Textos e Organização
DANIEL M. IZIDORO

Grupo A mostra o
que houve de risível
na corrupção

rendo grana vai pedir na esquinha".

"Anos Dourados" satiriza outro programa da Globo, a "Escolinha do Professor Raimundo". Collor e Paulinho, "santinhos" aos olhos da professora Dinda, são desmascarados por uma nova aluna, Cepefina, enquanto outros membros da "turma" continuam agindo: numa conversa telefônica, Rosane e Rosinete (não, esses não são os verdadeiros nomes da dupla Chicotinho e Salto Alto) comemoram mais uma falcatura. "Uau! Que ilegal!", diz Rosane, que não se contém ao saber que havia ganho de PC uma fazenda: "Ai, como é bom ser primeira-dama: de um lado financio a champanha, de outro belisco a merenda".

A última peça é a que dá nome ao livro. Três funcionários públicos — dois de-

les conservadores e a outra militante de esquerda — esquecem as diferenças ideológicas e vão juntos à rua cantar o Hino Nacional no dia da votação na Câmara dos Deputados. O livro traz ainda depoimentos — de um poeta, um sindicalista, uma professora, uma "cara-pintada" e do autor — que ajudam a compreender todo o processo de impeachment de Collor.

Se esse não tivesse sido um momento tão histórico, as peças do Grupo A estariam fatalmente condenadas pelo tempo. Mas é bem possível que daqui a vinte anos elas ainda estejam sendo encenadas, e muitos rirão das personagens dessa história quase surreal. Se lembrarem que a Era Collor foi, na verdade tragicomédia, poderão chorar também.

Maurício Oliveira

Culto ao corpo lota as academias de ginástica com a chegada do verão



Franklin Dias virou celebridade ao posar para um anúncio de cuecas

Demi Moore mantém a forma mesmo depois do segundo filho



O verão está chegando e com ele começa a se manifestar em Florianópolis um fenômeno que se repete todos os anos nessa época: a superlotação das academias de ginástica, centros de estética, consultórios de endocrinologistas e spas. Com a grande procura por esses serviços, os preços sobem muito, e hoje a mensalidade de uma academia de ginástica chega a 42 mil cruzeiros reais, 2,8 salários mínimos. Mesmo assim as mulheres, público alvo desse mercado, pagam o que for preciso pela ilusão de, em pouco tempo, conseguirem o corpo perfeito para desfilar nas praias da ilha.

"Durante o verão eu fico mais magra, chego a perder até seis quilos, mas no inverno volta tudo". Casos como esse, da estudante Katiane Silveira, 19 anos, são os mais comuns. Só que esse tipo de coisa pode virar um vício: a pessoa emagrece e engorda rapidamente e sofre o conhecido efeito sanfona. "Além da obesidade, a paciente agrava problemas como celulite, estrias e flacidez", avisa o endocrinologista Osvaldo Klink. O médico condena a atitude de suas clientes — 90% mulheres — de se preocuparem com o corpo e a saúde só numa estação. "A minha clínica lota e elas querem milagres". Klink afirma que no final do verão, boa parte dos pacientes abandonam o tratamento e voltam a engordar no inverno. "O pior é que elas têm consciência disso e repetem a praxe todos os anos".

Regras rígidas — A busca por resultados imediatos fica clara em janeiro, quando 70% das pessoas que começaram a fazer exercícios no fim do inverno abandonam as academias. Segundo a professora de ginástica da Academia Racer, Maria Eduarda Bermudez, elas chegam ansiosas para acabar com seus problemas rapidamente. Desde quando se matriculam elas recebem orientação quanto à importância da saúde em primeiro lugar, "mas a maioria não se importa e acaba indo embora quando conseguem as primeiras mudanças". Já para a Academia Manfio, "esse tipo de

A vontade de se exibir na praia vale o sacrifício das mulheres

clientes não interessa "diz a proprietária Lenir Manfio que deixa isso claro ao fixar em sua sala de espera todas as regras rígidas que devem ser rigorosamente cumpridas.

A dona-de-casa Iracema Pain Langer, de 40 anos, matriculou-se recentemente na Manfio. Ela resolveu procurar a academia depois de saber de um caso divulgado nacionalmente de uma cliente que emagreceu 43 quilos com dieta e exercícios. D. Iracema pagou uma taxa de 35 mil cruzeiros reais para começar seu tratamento. "Um pouco salgado", segundo ela, mas que se "der resultados, foi bem empregado". D. Iracema acredita que, aos 40 anos, nem deve mais fazer economia com esse tipo de coisa. "Já cuidei de filho, de marido, agora tenho que cuidar de mim, até que não acho caro".

Ana Maria Bicca, funcionária do Banco do Brasil, entrou na Corpore em setembro e paga 42 mil cruzeiros reais por mês. Para ela, "o pior não é o dinheiro, mas a sensação de ter apinhado que a gente sai de lá". Ana Maria faz, além de fortes massagens, injeções de enzimas para combater a celulite, o que a deixa "toda roxa". Ela acha que as dores e os hematomas serão bem compensados se conseguirem ficar como quer.

Alternativas mais modernas e menos sofridas para conseguir o visual perfeito são as propostas pela Zilma Fusão. O centro de estética, que está com todos os seus horários

lotados, oferece eletroforese, forno de Bier e placas eletrônicas. Processo que, infelizmente, não estão ao alcance de todos. O liporredutor, carro-chefe do centro, por exemplo, custa à paciente 27 mil cruzeiros reais por mês. Acabar com a gordura localizada com aplicações de raios laser custa mais 18 mil cruzeiros reais. Os tratamentos são de no mínimo 6 meses.

Opções baratas e perigosas são as dietas milagrosas. Elas podem até dar resultados, mas acabam trazendo ainda mais problemas para o organismo. Só quem já tentou fazer regimes forçados como o da lua, dos líquidos ou dos treze dias sabe o efeito que eles podem ter no dia-a-dia. Nos primeiros momentos, a tontura e a fraqueza, depois a indisposição e o mau-humor constante, e a longo prazo, doenças como anemia, bulimia e anorexia nervosa, que tira o apetite do doente.

Depressão e dependência — Quando a dieta ou os exercícios já não estão dando o efeito desejado, é comum a procura por remédios, chás e fórmulas mágicas. Os anorexígenos, remédios para emagrecer, são os mais usados. Eles tiram a fome dos gordinhos, mas em troca deixam a dependência, o stress e doenças do coração e no sistema nervoso. Além disso, o obeso não pode deixar de usar os remédios, pois à medida que o tratamento para, os quilos voltam.

"Eles só podem ser vendidos sob prescrição médica, mas a gente sempre dá um jeitinho" afirma M.H.R., professora primária do Estreito, 25 anos. M.H.R. toma anorexígenos há três anos, e apesar de saber o quanto eles lhe fazem mal, confessa que não consegue se libertar. Depois de emagrecer 11 quilos Maria Helena achou que poderia parar e manter o peso por conta própria. "Foi aí que eu percebi que não conseguiria, engordei 3 quilos em um mês". A professora, que antes era "alegre e bem humorada" hoje depende dos medicamentos e faz análise, pois já teve várias crises de depressão. "Eu não quero ficar gorda, acho isso ainda pior".

Emagrecimento rápido é ilusão

Os comerciais de televisão mostram o corpo que qualquer mulher gostaria de ter, mas as modelos que incentivam tantas telespectadoras a procurarem os spas não conseguiram sua plástica impecável lá. Os slogans também são sugestivos: *Muda de vida* ou *Tomem uma atitude*. A verdade é que a internação em um spa pode resolver, num curto prazo, os problemas de obesidade, mas seus resultados não são pra sempre e quem se interna pela febre de verão tende a voltar a engordar assim que ele acaba. E pior, esse luxo pode custar muito caro.

A diária de um spa como o Caldas da Imperatriz, há 35 Km de Florianópolis custa hoje 135 dólares, 32 mil cruzeiros reais. O prazo mínimo de inter-

nação é de três dias, só que esse tempo não é suficiente para emagrecer o desejado. O cliente fica, em média, 15 dias, o que significa um gasto de 480 mil cruzeiros reais. O Spa Sete Ilhas, instalado junto ao Hotel Jurerê Internacional é mais barato, 55 dólares a diária. Quem pensa que não há quem pague esses preços se engana. Todos os spas consultados pelo Zero estavam lotados e só aceitavam reservas com 15 dias de antecedência.

Localizados em lugares paradisíacos — em Caldas da Imperatriz e de frente para o mar de Jurerê — os dois spas têm tratamento 5 estrelas. Eles oferecem tratamento médico, exercícios físicos, piscinas, hidromassagem, massagens, acompanhamento de nutricao-

nistas e saunas. Seguindo rígidas dietas, nesses lugares chega-se a emagrecer de 4 a 6 quilos por semana. Os hóspedes saem de lá prontos para mudar o antigo ritmo de vida, só que isso dificilmente acontece.

"Quando a gente chega em casa, bem magrinha, pensa que tudo vai mudar, só que esse entusiasmo só dura algumas semanas", afirma a advogada Andréa Schäffer, que se interna em spas todos os anos para "consertar as besteiras que fez no inverno". "A gente sabe os resultados que pode conseguir e acaba voltando, eu costumo até reservar uma grana para poder emagrecer no fim do ano", confessa.

Suyanne Quevedo



Florianópolis, quinta-feira, 11 de novembro. O público na Festa do Mar esperava os Titãs do Rock nacional. Apesar de pequeno para o show, o circo de lona e chão batido montado pela prefeitura, aguentava cinco mil pessoas à espera dos sete músicos que viriam para detonar toda fúria do rock, de baixo de muito som pesado, os Titãs.

Os antigos fãs vestidos com os tradicionais jeans e camisetas vieram para ouvir as músicas calmas que consagraram a banda na década de 80. Junto com eles, os novos fãs com cabelos compridos, camisas de bandas de rock pesado e calças jeans rasgadas nos joelhos, vieram para ouvir "Será que é isso que eu necessito?" e "Polícia", de preferência tocada na velocidade que o grupo mineiro *Sepultura* gravou no disco *Chaos A. D.*.

Mesmo com as diferenças entre os dois públicos, todos cantavam os maiores sucessos do grupo em frente ao palco, enquanto esperavam a chegada dos ídolos. Isto durou pelo menos uma hora. Depois a galera cansou de esperar e iniciou uma sonora vaia. Gritos e latas de cerveja atiradas ao palco mostravam o cansaço do público que esperou até 23h15 min quando, finalmente, as luzes se apagaram e os Titãs apareceram.

Para deleite dos novos fãs, a banda abriu o show com "Será que é isso que eu necessito?", música carro-chefe do novo disco *Titanomaquia*.

Sem parar, emendaram com "Porrada" e "Polícia" do disco *Cabeça Dinossauro*. Infelizmente as letras das músicas foram levadas a sério pelo público e pela Segurança da Festa. "Porrada nos caras que não fazem nada", "Polícia para quem precisa/Polícia para quem precisa de Polícia".

Todo o peso do som no início do show mostrou, para os que ainda não acreditavam que o grupo mudou na fase pós-Arnaldo Antunes. Estas tendências *Heavy Metal* foram notadas antes do show na fita que rolou no *playback* com músicas do Metallica, Ministry e Pantera, confirmadas na passagem da segunda para a terceira música do show, quan-



do o vocalista e tecladista Sérgio Britto cantou o refrão de "Dead Skin Mask" do Slayer, uma das bandas mais conhecidas no mundo do *Heavy Metal*.

Som pesado — Os fãs antigos não entendiam o que estava acontecendo. A banda que tocava "Marvin", "Go Back" e "Família", detonava furiosamente todo aquele som pesado. Ao invés de casais enamorados ouvindo românticas ou dançantes canções, muitos cabeludos balançavam as cabeças e faziam enormes rodas de pogo, empurrando-se e chutando-se ao estilo *Punk*.

Por sorte a banda percebeu que os garotos estavam se exaltando e, antes que algo pior acontecesse, o som acalmou. Mesmo assim roubos e brigas atrapalharam que foi lá para se divertir. "Isso é coisa de nguinho do morro", que baixa aqui prá fumar maconha, dar porrada e roubar os outros", conta revoltado e com um tom de discriminação racial, Juliano Andrade

de 19 anos, que teve roubados o relógio e a carteira dentro do show.

Mesmo com esse lado negativo, o show foi ótimo musicalmente, a banda não perdeu o controle do público, demonstrando competência e experiência. "O melhor show do ano", comenta Jorge Pavão, 25, que foi conferir as novas tendências dos Titãs e aprovou a postura *Heavy Metal* assumida pelo grupo. Os fãs antigos não entenderam os motivos da mudança radical no som da banda. "Eles só estão fazendo esta porcaria por que o Arnaldo saiu", diz Andresa Marques, 17, reclamando do "barulho" que os Titãs fazem agora.

Apesar de oficialmente a saída do ex-membro ter sido amigável, Sérgio Britto demonstrou o contrário neste show de Florianópolis. Ergueu um crânio com uma vela acesa em cima e exclamou: "Por incrível que pareça, isto aqui é de um amigo nosso: Arnaldo Antunes!". E uma música macabra confirmou que a ami-

zade entre a banda e Antunes está morta.

Segurança? — Quinta-feira, um local pequeno, quente e abafado, sem segurança, mas com um preço atrativo. Cinco mil pessoas foram conferir a Festa. Entre elas o prefeito Sérgio Grando, de terno e gravata, que estava por lá a meia-noite junto com alguns assessores, conferindo aquele velho refrão — que ainda não virou música — em que Florianópolis é um lugar viável para a realização de grandes eventos culturais. Tomara que ele também tenha conferido os problemas da "Segurança" da Festa organizada pela prefeitura.

Leia agora o relato de Ademir Roberto Sander, um estudante do Curso de Jornalismo da UFSC, que foi à Festa do Mar divertir-se e acabou sendo assaltado após apanhar de vários bandidos e ser ameaçado pelos "Seguranças" da Festa e por policiais militares.

Alessandro da Silva

Agressão, roubo e abuso de poder na platéia

Tente imaginar-se na seguinte situação; você resolve, na última hora, ir a um espetáculo musical. Lá dentro você é agredido e roubado, mas a Segurança, interpretando os cinco agressores como vítimas, resolve levar você como bandido e o expulsa com grossura e vitupérios. Lá fora a Polícia Militar o trata com indiferença e, ante a insistência, com ameaças de prisão. Só lhe resta juntar a raiva acumulada e, antes de fazer uma besteira, disparar para a Polícia Civil esperançoso de uma solução. Mas cuidado, ao descobrir que a Polícia está em greve e nada pode fazer para lhe ajudar, não esmurre a parede nem chute a porta do prédio. Descalço com a camisa rasgada, cara quebrada e sem documentos, é possível que a Polícia Militar lhe leve para uma voltinha de camburão.

Excluindo — por pouco — a voltinha de camburão, segui, passo a passo, esta receita de "indignação à moda da ilha" na última quinta-feira, no show do Titãs, promovido pela Prefeitura. Os Titãs no palco e eu na platéia, de repente um soco, os Titãs no palco e eu no

tratamento de um serviço de Segurança nada profissional pela Prefeitura. Melhor seria chamá-lo de insegurança. Além de intervir a favor dos que me roubaram, (será que houve comissões?), um outro episódio ocorrido naquela noite reforça a hipótese de que os integrantes da "Segurança" estão mais para bandidos do que outra coisa: um grupo de adolescentes, que tentavam ver um pouco do movimento de cima da passarela, foi agredido por vários brutamontes fardados, no lado de fora da cerca que limitava a área de ação da "Segurança". Dos dois que não conseguiram correr da "Segurança", um foi cortado a canivete e ameaçado de morte. O outro apanhou feio na cara, sua correntinha de ouro, roubada. E quando eu, já expulso, tentava argumentar do lado de fora querendo reaver meus pertences, fui mandado calar a boca para "não apanhar mais". Se houve critérios na contratação do serviço, eles só podem ter sido os da ignorância e estupidez.

Quanto a Polícia Militar, que lavou suas mãos alegando nada poder fazer, tenho a impressão que seus integrantes são



"...os Titãs no palco e eu no chão"

chão. Fui chutado por uns dez pés e quando a Segurança interveio, em meu desfavor, já havia perdido algumas coisas e ganho outras. Perdi meus tênis, relógio, documentos pessoais e do carro, dinheiro e boa parte de minha audição esquerda. Ganhei um edema no olho, uma fratura no nariz, hematomas por todo o corpo e uma lição de como as coisas (não) funcionam no Brasil.

Causa espanto a con-

fãs do Titãs. Que outra razão explicaria a presença deles ao evento se nada podem fazer? Tentei insistir para que tomassem uma providência em meu favor, mas fui ameaçado de ir para a cadeia — só o que me faltava — se não parasse de lhes "incomodar". Talvez estivessem tentando compreender as letras: 'Polícia para quem precisa de Polícia'.

Chico Sander